

Congresso reabre com resistência a reformas

Marcelo de Moraes

Da equipe do Correio

Depois de sete meses de domínio absoluto, o governo se prepara para começar a enfrentar resistências mais sérias dentro do Congresso.

A partir de hoje, com o final do recesso, o Executivo tentará aprovar reformas que considera fundamentais para manter a estabilidade do plano econômico e promover o desenvolvimento do país.

O governo não encontrará as mesmas facilidades que teve no primeiro semestre.

O Congresso está dividido em relação às reformas tributária, política e previdenciária. A medida provisória que desindexa a economia também deverá receber várias emendas.

Na verdade, em apenas dois pontos o governo tem hoje uma situação tranquila. Conseguirá acabar de quebrar o monopólio do petróleo, que será votado em segundo turno no Senado, e deverá aprovar a reforma administrativa.

“Sem dúvida, a situação agora é bem mais complexa. Todos os temas serão debatidos à exaustão”, prevê o senador Élcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado.

A oposição, que perdeu todas as disputas no primeiro semestre, também comemora a mudança de cenário.

“Até agora, o governo passou uma tratorada por cima da gente.

AS BATALHAS DO SEGUNDO SEMESTRE

PAUTA	ENCAMINHAMENTO	TENDÊNCIA
■ MP que desindexa a economia	O governo deverá ganhar tempo para amadurecer a proposta e a votação da MP poderá ficar para outubro	Deverá ser aprovada
■ Quebra do monopólio do petróleo	Será votada em segundo turno no Senado, no máximo em dez dias	O monopólio será quebrado
■ Reforma política	Será discutida nas próximas semanas	O Congresso está dividido em relação às propostas de prorrogação de mandatos e de reeleição
■ Reforma tributária	O governo quer mandar sua proposta para o Congresso o mais rápido possível, mas ainda não concluiu o texto	Se a proposta significar perda de receita para estados e municípios, será derrubada
■ Reforma administrativa	Até setembro, a proposta será enviada ao Congresso	Sofrerá resistências da oposição, mas o governo deverá ganhar a disputa
■ Reforma previdenciária	Se as resistências permanecerem, o governo poderá tentar votar a proposta apenas no início do ano que vem	Votação polêmica. O governo precisará negociar muito para ganhar

Mas o quadro social atual é diferente e tem muita gente insatisfeita”, avalia o deputado José Fortunati (PT-RS).

Prevendo as dificuldades nas votações, o presidente Fernando Henrique Cardoso já instruiu seus líderes sobre a estratégia de negociação. Ele avisou que nenhuma das propostas do governo será questão fechada

e marcou uma reunião com os partidos aliados para amanhã.

“Ele quer deixar em cada proposta uma margem de negociação para que possamos aprovar as propostas sem prejuízo de conteúdo”, conta o coordenador político da Casa Civil, José Abrão.

Um dos pontos da estratégia será a criação de fóruns especiais sobre

cada proposta. Assim, seria criada uma comissão especial que debateria esses temas, o que ajudaria a diminuir as resistências dentro do Congresso.

“Essa idéia já foi bem desenvolvida durante a elaboração da proposta de reforma tributária e tem o efeito de trazer os parlamentares para dentro da discussão”, conta Abrão.